

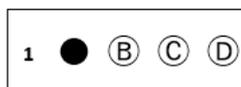
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Processo de Consulta Direta à Comunidade Escolar para a função de Diretor Geral e de Diretor Adjunto das Unidades de Educação da Rede Pública Municipal de Niterói

EDITAL CONJUNTO SME/FME Nº 002/2025

CADERNO DE QUESTÕES
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- Confira se o Caderno de Questões contém, de forma legível, **50 (cinquenta) questões objetivas**, cada uma com **4 (quatro) alternativas** de resposta, sendo apenas **uma correta**. Caso haja divergência, notifique imediatamente o fiscal de sala. A inobservância deste item poderá implicar a eliminação do candidato.
- Confira se seus dados estão corretamente impressos no **Cartão de Respostas**. Em caso afirmativo, **assine-o no campo indicado**. Havendo divergência, notifique imediatamente o fiscal.
- Assinale no **Cartão de Respostas**, com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta azul ou preta**, apenas **uma alternativa por questão**. Questões com mais de uma alternativa assinalada, questões em branco, com rasura ou preenchidas de forma incorreta serão anuladas.
- **Preencha totalmente o círculo correspondente à alternativa escolhida**, conforme o exemplo abaixo:



- O tempo disponível para a realização desta prova, incluindo o preenchimento do Cartão de Respostas, será de **no mínimo 1h30 (uma hora e trinta minutos) e no máximo 4h (quatro horas)**.
- Esta é uma **prova com consulta**. É permitido o uso de **materiais impressos**, como legislações, cadernos e anotações pessoais, desde que não contenham dispositivos eletrônicos ou qualquer tipo de conexão com a internet. **O uso compartilhado de material entre candidatos não é permitido**.
- Sobre a mesa do candidato só será permitida a presença de **caneta esferográfica (azul ou preta)** e dos **materiais de consulta permitidos**.
- **Dispositivos eletrônicos devem permanecer desligados e guardados** dentro da bolsa do candidato, que deverá ser **mantida fechada durante toda a aplicação da prova**.
- O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões apenas após decorridas 3 (três) horas do início da prova**.
- É de responsabilidade do candidato **entregar ao fiscal o Cartão de Respostas devidamente assinado**. A não entrega do Cartão implicará na eliminação do candidato.
- Em caso de dúvidas, solicite esclarecimentos à equipe de aplicação.

BOA PROVA!

ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NITERÓI

1. Em caso de retorno de um servidor aposentado por invalidez, que deseja reverter ao cargo anterior, quais condições devem ser obrigatoriamente cumpridas, segundo o Estatuto?

- a)** Ter menos de 55 anos e ser aprovado em novo concurso.
- b)** Ter menos de 55 anos e não ter ultrapassado 25 anos de tempo de serviço (20 anos se mulher), além de aptidão médica.
- c)** Ter mais de 60 anos e estar em dia com o INSS.
- d)** Apenas vontade própria e autorização da Fundação Municipal de Educação.

2. O Quadro Suplementar (Q.S.) é composto por:

- a)** Cargos de natureza temporária criados para atender emergências.
- b)** Funções gratificadas atribuídas a servidores em comissão.
- c)** Cargos destinados exclusivamente ao magistério municipal.
- d)** Cargos que se tornaram desnecessários à administração municipal e que devem ser extintos à medida que se vagarem.

3. Um servidor de uma Unidade de Educação, estável e aprovado em concurso, solicita licença para tratar de interesses particulares por 4 anos consecutivos. Após esse período, deseja nova licença. De acordo com o Estatuto:

- a)** A nova licença pode ser concedida imediatamente, a critério da Administração.

- b)** O servidor deverá aguardar 1 ano para pleitear nova licença.

- c)** A concessão da nova licença depende de decisão judicial.

- d)** Não há impedimento temporal para novas licenças desse tipo.

4. O servidor público que deixar de comparecer ao serviço por mais de 30 dias consecutivos, sem justificativa, será considerado:

- a)** Em abandono de cargo, configurando falta grave passível de demissão após processo administrativo.

- b)** Em licença compulsória, aguardando apuração de faltas justificadas.

- c)** Afastado temporariamente, com desconto proporcional dos vencimentos.

- d)** Exonerado automaticamente, sem necessidade de procedimento administrativo.

5. Um servidor licenciado por motivo de doença em pessoa da família completou seis meses consecutivos de afastamento. Segundo o Estatuto, nesse caso, ele:

- a)** Deve retornar ao trabalho imediatamente, sob pena de demissão automática.

- b)** Terá direito à prorrogação automática da licença, com remuneração integral.

- c)** Só poderá continuar afastado com remuneração proporcional a 2/3 do vencimento.

- d)** Perderá todos os direitos e vantagens do cargo após esse período.

6. Uma diretora pretende aplicar penalidade a um servidor que praticou falta grave, reincidente, resultando em suspensão de 45 dias. De acordo com o Estatuto, quem tem competência para aplicar essa penalidade?

- a)** A própria diretora, como autoridade local da unidade.
- b)** O Secretário Municipal de Administração ou o Chefe do Poder Executivo.
- c)** Apenas o Procurador Geral do Município.
- d)** A Comissão Permanente de Ética da Fundação Municipal de Educação.

7. Quanto à responsabilidade administrativa, o servidor poderá ser responsabilizado:

- a)** Exclusivamente quando houver dolo ou culpa grave, comprovada por sindicância ou processo administrativo.
- b)** Apenas se houver condenação judicial transitada em julgado por ato cometido no exercício da função.
- c)** Sempre que houver danos ao erário, ainda que decorrente de omissão involuntária.
- d)** Somente se o ato praticado tiver sido alvo de denúncia formal por um terceiro interessado.

8. Em caso de processo disciplinar que leve à demissão de um servidor por falta grave, o retorno ao serviço público municipal só será possível:

- a)** Após dois anos, mediante novo concurso público.
- b)** Após dez anos, salvo se a demissão for anulada por decisão judicial.
- c)** Apenas por mandado judicial em caráter liminar.
- d)** Nunca, pois a demissão tem efeito definitivo e irreversível.

9. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Niterói, em relação à destituição de função gratificada por desempenho insatisfatório, é correto afirmar que:

- a)** A destituição depende sempre de processo administrativo disciplinar completo, com direito à ampla defesa.
- b)** A perda da função é automática após três avaliações de desempenho negativas consecutivas.
- c)** A destituição pode ocorrer por falta de exatidão no cumprimento do dever, mediante ato da autoridade competente, ainda que sem processo disciplinar.
- d)** A manutenção da função gratificada é garantida até o término da gestão da chefia que a concedeu.

10. O Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Niterói define cargo como o conjunto de:

- a)** Atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município.
- b)** Atribuições cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município.
- c)** Atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município e subsidiariamente pelos cofres do Estado.

d) Responsabilidades cometidas a um funcionário, identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

11. A taxa de escolarização líquida no Brasil para jovens de 15 a 17 anos era de 70,6% em 2022, segundo o IBGE. Isso significa que aproximadamente 3 em cada 10 jovens nessa faixa etária não estavam frequentando o Ensino Médio. Dado esse cenário, qual política educacional abaixo seria mais adequada para enfrentar esse desafio?

- a) Ampliar o número de vagas no Ensino Superior.
- b) Investir em políticas de alfabetização na Educação Infantil.
- c) Criar estratégias de permanência e busca ativa no Ensino Médio.
- d) Estimular o ensino técnico no Ensino Fundamental.

12. Observe o gráfico abaixo sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do Ensino Fundamental no Rio de Janeiro entre 2007 e 2023:



Fonte: Ideb 2023, Inep.

Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3304557-rio-de-janeiro/ideb>

Com base na evolução apresentada, é correto afirmar que:

- a) O IDEB do Rio de Janeiro apresentou crescimento contínuo de 2007 a 2023.
- b) Houve queda no IDEB entre 2019 e 2021.
- c) O IDEB manteve-se constante durante o período analisado.
- d) Rio de Janeiro não alcançou a meta em nenhum ano do período.

13. A distorção idade-série representa o percentual de estudantes que não estão na série adequada para sua idade. Se uma Unidade de Educação apresenta 25% de distorção, isso significa que:

- a) Todos os estudantes têm idade compatível com sua série.
- b) A maioria dos estudantes já concluiu o Ensino Médio.
- c) Um em cada quatro estudantes está em defasagem idade-série.
- d) O índice de evasão escolar é de 25%.

14. Uma escola apresenta os seguintes dados ao final do ano letivo:

- Aprovados: 180
- Reprovados: 30
- Abandonos: 15

Qual é a taxa de aprovação da escola?

- a) 80%
- b) 85%
- c) 90%
- d) 95%

15. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), “o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações”. O cálculo do IDEB considera dados do Censo Escolar sobre aprovação e os resultados obtidos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) O IDEB é medido apenas pelo número de matrículas.
- b) A proficiência em Língua Portuguesa e Matemática influencia o IDEB.
- c) A taxa de abandono escolar não afeta o IDEB.
- d) Apenas escolas privadas têm IDEB calculado.

16. Considere o seguinte cenário: uma escola aumentou sua taxa de aprovação de 80% para 95%, mas a média de proficiência caiu de 6,4 para 5,9 pontos.

Com base nisso, é correto afirmar que:

- a) A elevação na aprovação será anulada pela queda na proficiência.
- b) A queda na proficiência não afeta o IDEB.
- c) O IDEB depende apenas da taxa de reprovação.
- d) O IDEB da escola aumentará necessariamente.

17. Considere as seguintes afirmações sobre o IDEB:

- I. Se uma escola aumenta a proficiência dos estudantes, mantendo a taxa de aprovação constante, o IDEB tende a aumentar.
- II. Se uma escola aumenta a taxa de aprovação, mas a proficiência dos alunos diminui, o IDEB necessariamente aumenta.
- III. O IDEB é calculado com base apenas na taxa de aprovação dos alunos.
- IV. A combinação de alta taxa de aprovação e alta proficiência resulta em um IDEB mais elevado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a afirmação II é verdadeira.
- d) Todas as afirmações são verdadeiras.

18. Durante a elaboração do Plano de Gestão Escolar, a diretora de uma Unidade de Educação percebe que os resultados do SAEB apontam queda significativa em Língua Portuguesa e Matemática entre os anos de 2019 e 2021. No mesmo período, o IDEB manteve-se estável.

Com base nisso, qual a hipótese mais plausível?

- a) A taxa de aprovação compensou a queda no desempenho das avaliações.
- b) A nota do SAEB não influencia o IDEB.
- c) O número de matrículas aumentou significativamente.
- d) O abandono escolar cresceu consideravelmente.

19. Com base em dados de distorção idade-série de 20% em 2019 e 12% em 2023, qual é a redução relativa?

- a) 6%
- b) 8%
- c) 40%
- d) 60%

20. Se uma escola tem 320 alunos e 40 estão em distorção idade-série, a taxa de distorção idade-série é:

- a) 10%
- b) 12,5%
- c) 15%
- d) 20%

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

21. De acordo com a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita, do atendimento educacional especializado para educandos com deficiência e programas suplementares de material didático, alimentação e assistência à saúde.

Uma diretora de escola municipal foi questionada por pais de alunos sobre o direito de seus filhos ao transporte escolar gratuito, uma vez que residem em áreas afastadas da unidade escolar. A gestora

busca orientação legal para responder adequadamente à demanda da comunidade.

Com base na LDB, é correto afirmar que o dever do Estado em relação à situação apresentada é:

- a) Garantir transporte escolar gratuito exclusivamente para estudantes do ensino médio.
- b) Exigir que os responsáveis assumam os custos do transporte escolar, pois este não é obrigação do Estado.
- c) Assegurar o transporte escolar gratuito aos estudantes da educação básica pública, conforme previsto na legislação.
- d) Negar o transporte gratuito, visto que a matrícula na rede pública já cumpre a obrigação estatal.

22. A Lei nº 8.069/1990 estabelece que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Durante uma reunião com a comunidade escolar, um pai pergunta qual é o principal objetivo da educação segundo o Estatuto da criança e do Adolescente. O que o gestor escolar deve responder?

- a) Capacitar para o mercado de trabalho.
- b) Preparar para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.
- c) Priorizar principalmente o rendimento escolar.
- d) Ajudar a família a estabelecer rotinas domésticas.

23. A educação brasileira tem sido historicamente marcada pela invisibilização e pela marginalização das contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. Como uma das formas de enfrentamento ao

racismo e de promoção de uma educação antirracista, foi promulgada a Lei nº 10.639/2003, que alterou a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Essa medida representa não apenas uma diretriz pedagógica, mas também uma afirmação política de valorização da diversidade cultural e do combate à hegemonia eurocêntrica nos conteúdos escolares.

Diante disso, uma escola da rede municipal pretende incluir de forma sistemática a cultura afro-brasileira em seu projeto pedagógico. Segundo a legislação, essa ação é:

- a) Facultativa, ficando o currículo a ser estabelecido a critério da escola.
- b) Negociada, para evitar conflitos culturais e ideológicos no ambiente escolar.
- c) Obrigatória exclusivamente no ensino médio, por tratar-se de temática complexa.
- d) Obrigatória, por meio do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

24. Historicamente, os povos indígenas no Brasil têm enfrentado processos de invisibilização, negação de direitos e exclusão nos espaços escolares, o que reforçou estereótipos e apagamento de suas culturas, línguas e saberes. Como resposta a essa realidade e em consonância com os princípios constitucionais de respeito à diversidade e à dignidade humana, foi promulgada a Lei nº 11.645/2008, que alterou a LDB para incluir a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Indígena no currículo oficial da educação básica, em todas as modalidades e etapas de ensino.

Considerando esse marco legal e a responsabilidade da escola pública na

promoção da equidade e no enfrentamento de práticas discriminatórias, avalie a situação:

Um professor da rede municipal manifesta o interesse em abordar a cultura e a história dos povos indígenas de forma sistemática e transversal em suas aulas. De acordo com a legislação vigente, a posição legal e pedagógica correta sobre essa iniciativa é:

- a) Deve ser evitada para não gerar polêmicas ou conflitos de ordem cultural e religiosa no ambiente escolar.
- b) É obrigatória, conforme determina a Lei nº 11.645/2008, que integra a valorização da diversidade étnico-racial e dos saberes dos povos indígenas no currículo da educação básica.
- c) Pode ser realizada, preferencialmente, no ensino superior, visto que a complexidade do tema exige formação acadêmica avançada.
- d) Depende de autorização prévia do Conselho Tutelar, uma vez que envolve conteúdos de identidade étnica e cultura tradicional.

25. A construção de uma sociedade democrática e inclusiva exige o rompimento com práticas históricas de exclusão e segregação de pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015) reafirma o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, reconhecendo que o acesso à escola regular, com igualdade de condições, é um dever do Estado, da família e da sociedade. Essa legislação reforça o compromisso em garantir o acolhimento e a permanência do estudante com deficiência, assegurando as adaptações e o atendimento

necessários para seu pleno desenvolvimento e participação.

Considerando esse contexto, um aluno com deficiência solicita matrícula em uma escola pública regular da rede municipal. De acordo com a legislação vigente e os princípios da educação inclusiva, a direção da escola deve:

- a)** Negar o pedido temporariamente, aguardando laudo ou avaliação médica.
- b)** Encaminhar o estudante para uma instituição de educação especial.
- c)** Garantir a matrícula, promovendo as adaptações e os apoios necessários para assegurar o direito à educação inclusiva.
- d)** Recusar a matrícula, alegando ausência de estrutura adequada.

26. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, estabelece os princípios que regem o ensino no Brasil, tais como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, gestão democrática do ensino público e valorização dos profissionais da educação. Em consonância com esses princípios, a LDB, no artigo 12, define incumbências das instituições de ensino para assegurar o pleno cumprimento da legislação educacional.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa que corresponde corretamente a uma das incumbências previstas na LDB para as instituições escolares:

- a)** Cumprir e fazer cumprir as normas da educação nacional e as normas do respectivo sistema de ensino, assegurando os princípios constitucionais de igualdade,

gratuidade, gestão democrática e valorização do magistério.

- b)** Equalizar o acesso de estudantes com deficiência para controlar a necessidade de adaptações pedagógicas ou arquitetônicas que onerem a escola.
- c)** Priorizar exclusivamente o desempenho em avaliações externas, ainda que isso implique práticas seletivas ou excludentes em relação a estudantes com dificuldades de aprendizagem.
- d)** Elaborar o Projeto Político-Pedagógico da escola, concentrando-se nas orientações da equipe gestora.

27. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece normas para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência. Com base nesse marco legal, analise as alternativas e identifique a correta:

- a)** A Lei nº 13.146/2015 determina que o acesso da pessoa com deficiência à educação regular pode ser condicionado à disponibilidade de vagas nas instituições públicas e privadas.
- b)** A escola tem obrigação de implementar ações concretas para garantir a equidade, a acessibilidade e o atendimento educacional especializado sempre em classe ou escola especial, afastando-se da rede regular.
- c)** A matrícula da pessoa com deficiência em instituição de ensino regular é direito assegurado, sendo vedada qualquer cobrança de valores adicionais de qualquer natureza.
- d)** A escola somente é responsável por adaptar suas práticas pedagógicas para estudantes com deficiência quando houver

laudo médico oficial emitido por junta especializada.

28. A LDB reafirma o compromisso do Estado e da sociedade com a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e jovens no âmbito da educação escolar. Nesse sentido, é papel das instituições de ensino assegurar:

a) O atendimento educacional prioritário apenas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, excluindo os demais.

b) A exclusividade da gestão pedagógica por parte das Secretarias de Educação, sem participação da comunidade escolar.

c) A garantia do acesso, permanência, participação e sucesso de todos os estudantes, com respeito às suas diversidades e direitos, conforme preveem a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB.

d) A definição de critérios de acesso e permanência escolar com base no desempenho em avaliações externas.

29. A LDB estabelece princípios e normas para a organização da educação brasileira. Uma das exigências da LDB, especialmente no que se refere à gestão democrática e à autonomia pedagógica das escolas, é a incorporação dos princípios da legislação educacional ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e à rotina escolar. Sobre esse tema, analise as alternativas a seguir e assinale a CORRETA:

a) O PPP deve ser elaborado exclusivamente pela equipe gestora da escola, sem a necessidade de participação

da comunidade escolar, conforme determina o artigo 14 da LDB.

b) A inclusão dos princípios da legislação no PPP restringe-se aos dispositivos da LDB, não sendo obrigatória a integração de normas complementares como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

c) A construção do PPP deve assegurar a articulação entre as diretrizes legais nacionais, estaduais e municipais, garantindo a implementação de princípios como a equidade, a inclusão e o respeito à diversidade na organização da rotina pedagógica e administrativa da escola.

d) O PPP é um documento meramente burocrático, exigido para fins de fiscalização, e não interfere na rotina pedagógica da instituição, conforme a interpretação do artigo 12 da LDB.

30. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e as Diretrizes Curriculares Nacionais, a escola tem o dever de assegurar o direito à aprendizagem como expressão do cumprimento dos princípios constitucionais da educação. Com base nisso, analise as proposições:

I. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu artigo 53, que a criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

II. O direito à aprendizagem implica a garantia de condições para acesso, permanência e conclusão da educação básica obrigatória, sendo a evasão escolar uma violação desse direito.

III. A aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas decisões pedagógicas da escola restringe-se ao atendimento de casos de violência ou negligência familiar.

IV. A regularidade dos processos de matrícula e frequência escolar integra o cumprimento do direito à educação e aprendizagem, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente e a LDB.

Assinale a alternativa correta:

- a)** Apenas as proposições I e III estão corretas.
- b)** Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
- c)** Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d)** Todas as proposições estão corretas.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

31. A Resolução CNE/CEB nº 1/2024, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, destaca a importância da gestão democrática como princípio estruturante das políticas públicas educacionais. Nesse contexto, qual é a função central dessas diretrizes no que se refere à gestão democrática da educação infantil?

- a)** Fornecer um plano de ação verticalizado, onde as decisões são centralizadas no gestor da unidade.
- b)** Padronizar práticas pedagógicas para facilitar o controle e a avaliação pelo poder público.
- c)** Estabelecer uma referência orientadora para que os sistemas e redes de ensino promovam a participação coletiva e a corresponsabilidade na formulação, implementação e avaliação das políticas para a educação infantil.

d) Transferir a responsabilidade da gestão escolar para conselhos consultivos estaduais.

32. A gestão democrática na educação infantil valoriza o diálogo com a comunidade e reconhece a diversidade como elemento enriquecedor do processo pedagógico. Com base nesse princípio, como as instituições devem lidar com as diferentes realidades culturais e sociais das crianças?

- a)** Promovendo a escuta ativa e a construção coletiva de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades territoriais, culturais e sociais das infâncias.
- b)** Uniformizando as práticas pedagógicas para garantir igualdade de conteúdo em todo o território nacional.
- c)** Adotando uma abordagem de ensino técnico, centrada na neutralidade e eficiência institucional.
- d)** Focalizando o currículo exclusivamente nos referenciais urbanos e hegemônicos para facilitar a padronização de materiais.

33. Durante uma reunião pedagógica, a equipe gestora de uma escola pública observa que os resultados da avaliação externa nacional indicam baixos índices de aprendizagem em matemática. Alguns professores sugerem utilizar esses dados para revisar práticas pedagógicas, enquanto outros acreditam que as avaliações externas não refletem o cotidiano da sala de aula.

Considerando os princípios de gestão democrática e as orientações para liderança escolar com melhoria da educação, qual deve ser a postura da equipe gestora diante dessa situação?

a) Desconsiderar os resultados da avaliação externa, focando apenas nas avaliações internas da escola.

b) Utilizar os dados da avaliação externa como ferramenta diagnóstica, promovendo discussões coletivas para identificar desafios e planejar intervenções pedagógicas.

c) Implementar imediatamente um novo currículo de matemática baseado exclusivamente nos resultados da avaliação externa.

d) Manter as práticas pedagógicas atuais, pois mudanças podem causar instabilidade entre os professores.

34. Uma escola pública identificou, por meio de avaliações externas, que os estudantes apresentam dificuldades na compreensão leitora. A equipe gestora decide envolver professores, estudantes e famílias na elaboração de um plano de ação para enfrentar esse desafio.

De acordo com os princípios de gestão democrática e as orientações do Instituto Unibanco, qual é a importância dessa abordagem participativa?

a) Delegar a responsabilidade da aprendizagem exclusivamente aos professores.

b) Promover a corresponsabilidade entre todos os membros da comunidade escolar, fortalecendo o compromisso coletivo com a melhoria da aprendizagem.

c) Transferir a gestão pedagógica para os pais e responsáveis.

d) Focar apenas em ações administrativas, sem considerar o contexto pedagógico.

35. Durante uma formação continuada, o coletivo escolar de uma escola pública

decide iniciar um processo de autoavaliação institucional com foco na equidade racial. A equipe de articulação pedagógica sugere utilizar o documento “Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola” como referência. No entanto, parte da equipe docente ainda não compreende a finalidade prática do material.

Diante desse contexto, qual é o principal propósito do uso desse instrumento na gestão democrática da escola?

a) Sistematizar dados quantitativos sobre a população estudantil para produzir relatórios técnicos voltados exclusivamente à secretaria de educação.

b) Subsidiar processos externos de fiscalização e controle, orientando a adoção de penalidades em casos de discriminação racial.

c) Oferecer uma ferramenta de reflexão coletiva que mobiliza a comunidade escolar para diagnosticar desigualdades raciais e planejar ações concretas com foco na equidade e nos direitos humanos.

d) Servir como base para a elaboração de provas padronizadas específicas sobre relações raciais, com vistas à construção de rankings escolares.

36. Durante uma reunião pedagógica, professores do ensino fundamental manifestam dúvidas sobre a aplicação da Lei nº 10.639/2003. Uma docente argumenta que a inclusão de conteúdos sobre cultura afro-brasileira deve ocorrer apenas em datas comemorativas, enquanto outros defendem abordagens mais permanentes e transversais.

Considerando a legislação e os princípios da educação das relações étnico-raciais, qual é

a abordagem mais coerente com a proposta da Lei nº 10.639/2003?

a) Estimular projetos extracurriculares isolados, desde que não interfiram no planejamento curricular regular da escola.

b) Articular os conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana de forma transversal e contínua no currículo escolar, promovendo o combate ao racismo e a valorização da identidade negra como parte estruturante da formação cidadã.

c) Limitar o estudo da cultura afro-brasileira à disciplina de história, para garantir especialização do tema e padronização do conteúdo.

d) Inserir conteúdos afro-brasileiros apenas no mês de novembro, para atender a datas comemorativas e campanhas públicas de valorização da cultura negra.

37. Uma nova diretora assume a gestão de uma escola marcada por conflitos raciais entre estudantes e por ausência de representatividade nas decisões pedagógicas. Ao consultar o documento “Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola”, ela percebe que precisa fortalecer a dimensão da gestão democrática com foco na equidade racial.

Qual das ações a seguir está mais alinhada com os princípios dessa dimensão?

a) Estabelecer um comitê de mediação escolar composto exclusivamente por gestores e técnicos da secretaria, para tratar das questões raciais de forma institucional.

b) Desenvolver um plano de ação com metas administrativas e pedagógicas definidas pela equipe diretiva, apresentando-o posteriormente à comunidade para ciência e cumprimento.

c) Criar espaços permanentes de escuta, deliberação e protagonismo para estudantes, famílias e trabalhadores da escola, envolvendo-os ativamente na construção de práticas antirracistas e no monitoramento das ações.

d) Priorizar a neutralidade política e cultural nas reuniões colegiadas, a fim de evitar polarizações e preservar a estabilidade institucional da escola.

38. A qualidade e a equidade na educação infantil estão diretamente relacionadas à promoção da gestão democrática, que exige o envolvimento de todos os sujeitos do processo educativo. Considerando esse princípio, quais dimensões são consideradas fundamentais para garantir uma gestão comprometida com a justiça social e a participação coletiva?

a) Apenas os aspectos de infraestrutura física e avaliação de desempenho institucional.

b) Planejamento financeiro e ranking de desempenho das unidades escolares.

c) Infraestrutura, formação profissional, projeto político-pedagógico, avaliação da educação infantil e gestão da educação infantil, articulados à participação social.

d) Autonomia administrativa das unidades escolares, sem necessidade de articulação com a comunidade.

39. Durante uma reunião do conselho escolar, representantes de professores, estudantes e famílias expressaram preocupações com a pouca participação nas decisões pedagógicas da escola. A equipe gestora reconhece o desafio e decide propor mudanças no processo decisório.

Com base na Lei Nº 13.005/2014, em se tratando da gestão democrática da educação, qual deve ser a principal diretriz a orientar a equipe da escola nesse contexto?

- a) Estimular a neutralidade dos conselhos escolares, evitando que influenciem nas decisões pedagógicas.
- b) Centralizar as decisões pedagógicas na direção escolar, promovendo agilidade administrativa.
- c) Incentivar a participação simbólica dos conselhos, apenas para legitimar decisões já tomadas pela gestão.
- d) Assegurar a efetiva participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, criando mecanismos de escuta ativa e deliberação coletiva sobre os rumos da escola.

40. Em uma escola da rede pública municipal, a diretora observou que os docentes não se engajavam nos projetos pedagógicos. Ela decide adotar uma postura mais colaborativa, distribuindo responsabilidades, promovendo a escuta ativa e apoiando a formação continuada dos professores.

De acordo com o conceito de liderança educacional transformadora, qual é a principal característica desse tipo de liderança no contexto da gestão escolar?

- a) A capacidade de controlar rigidamente os processos pedagógicos para evitar conflitos.
- b) A delegação de tarefas sem o envolvimento direto da gestão nos processos formativos.
- c) O exercício de uma liderança horizontal, que mobiliza e inspira os diferentes agentes da escola para a construção coletiva de soluções e melhoria da aprendizagem.

d) A imposição de metas pedagógicas com foco exclusivo nos resultados das avaliações externas.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

41. A gestão escolar tem papel fundamental na implementação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que diz respeito à garantia do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. O PNE estabelece, entre suas diretrizes, a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

Considerando as diretrizes da Lei nº 13.005/2014 (PNE), é papel do(a) diretor(a) escolar, no contexto da rede municipal de Niterói, contribuir para o cumprimento dessas metas. Qual das alternativas abaixo está alinhada com essas diretrizes?

- a) Adotar práticas de gestão que reforcem a hierarquia rígida na escola, com foco apenas na disciplina e na obediência dos estudantes.
- b) Promover ações que estimulem a equidade, a inclusão e o respeito à diversidade, assegurando a participação da comunidade escolar na tomada de decisões.
- c) Centralizar todas as decisões na figura do diretor escolar, reduzindo a autonomia de professores e a participação da comunidade na gestão.
- d) Priorizar exclusivamente o desempenho acadêmico dos estudantes nos exames nacionais, mesmo que isso signifique negligenciar ações de inclusão e equidade.

42. Na busca pela melhoria da qualidade do ensino público, a gestão escolar tem assumido um papel fundamental na execução de políticas de descentralização de recursos. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) fortalece a autonomia das escolas públicas ao permitir a execução direta de recursos para atender a necessidades emergenciais e planejadas. A correta aplicação dos recursos e o envolvimento da comunidade escolar são fundamentais para o sucesso do programa.

De acordo com a Resolução nº 15/2021 do FNDE, sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), qual das alternativas abaixo descreve corretamente uma finalidade permitida para a aplicação dos recursos repassados às escolas públicas beneficiadas?

- a)** Pagamento de salário de professores contratados temporariamente pela Unidade Executora Própria.
- b)** Cobertura de despesas com contas fixas como luz, água e telefone da unidade escolar.
- c)** Aquisição de material de consumo e realização de pequenos reparos na infraestrutura escolar.
- d)** Distribuição de brindes e auxílio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade social.

43. A prestação de contas é uma etapa essencial na gestão dos recursos públicos repassados às escolas por meio do PDDE. Ela assegura a transparência, a legalidade e a eficiência na aplicação dos recursos. É responsabilidade do gestor escolar garantir que todos os documentos estejam organizados e acessíveis, respeitando os prazos e normas estabelecidos.

De acordo com a Resolução nº 15/2021, a prestação de contas dos recursos do PDDE deve ser elaborada com base em documentos comprobatórios e enviada pelos gestores escolares aos órgãos competentes. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta:

- a)** A prestação de contas deve ser realizada apenas no encerramento do mandato do diretor, independentemente do exercício financeiro.
- b)** É facultado às Unidades Executoras (UEX) manter documentos comprobatórios das despesas realizadas, desde que publiquem os gastos em mural escolar.
- c)** A responsabilidade pela prestação de contas é exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, não cabendo às UEX enviar informações ao FNDE.
- d)** Os documentos da prestação de contas devem ser arquivados por, no mínimo, 5 anos, mesmo que a UEX utilize serviços de contabilidade de terceiros.

44. O analfabetismo ainda representa um desafio para o Brasil, especialmente entre a população adulta. Para enfrentar essa realidade, o Governo Federal criou o Programa Brasil Alfabetizado, que visa ampliar as oportunidades de alfabetização por meio do apoio técnico e financeiro a estados e municípios. A atuação dos alfabetizadores, considerada voluntária, é fundamental para o sucesso dessa política pública.

Com base na Lei nº 10.880/2004, que institui o Programa Brasil Alfabetizado, assinale a alternativa correta:

- a)** Os recursos financeiros do programa só podem ser repassados mediante assinatura de convênio com os entes federativos.

b) A atuação dos alfabetizadores no Programa Brasil Alfabetizado é considerada emprego formal com vínculo trabalhista.

c) O repasse dos recursos é feito automaticamente pelo Ministério da Educação e deve ser depositado em conta específica.

d) Os alfabetizadores não podem receber qualquer tipo de bolsa ou ajuda de custo em função da natureza voluntária do trabalho.

45. Durante uma reunião do Conselho Escolar de uma escola municipal de Niterói, professores relataram que os alunos demonstram pouco interesse pelas refeições oferecidas, preferindo alimentos ultraprocessados trazidos de casa. A nutricionista responsável pelo PNAE identificou que a escola não realiza atividades regulares de educação alimentar e nutricional (EAN), previstas no currículo escolar.

Com base na Resolução nº 6/2020 do FNDE, o que o(a) diretor(a) escolar deve promover para enfrentar essa situação de forma adequada?

a) Criar uma comissão interna para revisar o cardápio com base nas preferências alimentares dos alunos, mesmo que incluam ultraprocessados.

b) Implementar ações de EAN de forma transversal no currículo escolar, com apoio da equipe pedagógica e da nutricionista, visando estimular escolhas alimentares saudáveis.

c) Suspende temporariamente a alimentação escolar até que os alunos se adaptem às refeições fornecidas pela escola.

d) Estabelecer parceria com lanchonetes locais para oferecer lanches alternativos aos

estudantes que recusarem a merenda escolar.

46. Em uma escola municipal de Niterói, durante o planejamento do cardápio escolar, a equipe gestora optou por incluir alimentos em conserva, como ervilha enlatada e milho doce, três vezes na mesma semana, justificando a facilidade de armazenamento e preparo. No entanto, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) alertou para possíveis irregularidades com base nas normas atualizadas do PNAE.

De acordo com a Resolução nº 20/2020, que altera dispositivos da Resolução nº 6/2020 do FNDE sobre alimentação escolar, qual é a orientação correta a ser seguida pela direção escolar?

a) A escola pode manter o cardápio, desde que os alimentos sejam oferecidos apenas como guarnição e em pequenas quantidades.

b) É permitido o uso de alimentos em conserva sem restrições, desde que sejam de origem vegetal e acompanhados de frutas frescas.

c) A escola deve ajustar o cardápio, limitando a oferta de alimentos em conserva a, no máximo, uma vez por mês.

d) A frequência dos alimentos em conserva deve ser definida pela comunidade escolar, com base em consulta pública.

47. A Escola Municipal Aurora enfrenta um desafio: os responsáveis pelos alunos reclamam de não serem ouvidos nas decisões pedagógicas. O diretor atual afirma que está seguindo a legislação vigente e que a participação da comunidade é garantida apenas por meio das reuniões do Conselho Escolar, realizadas uma vez por semestre.

Diante dessa situação, considere o que estabelece a Resolução nº 20/2020. Com base na Resolução nº 20/2020, a conduta do diretor da Escola Municipal Aurora está:

- a)** Correta, pois a participação da comunidade escolar limita-se às reuniões formais do Conselho Escolar.
- b)** Incorreta, pois a gestão democrática requer apenas o diálogo com os professores e servidores.
- c)** Correta, desde que as reuniões do Conselho Escolar estejam registradas em ata e assinadas pela direção.
- d)** Incorreta, pois a gestão democrática pressupõe a participação efetiva da comunidade escolar em espaços contínuos de deliberação e acompanhamento da gestão.

48. Durante uma formação com a equipe escolar, a diretora de uma unidade do município de Niterói foi questionada sobre o motivo de a escola priorizar a compra de alimentos da agricultura familiar. Alguns professores alegaram que os produtos industrializados seriam mais práticos. A diretora decide esclarecer a relevância dessa política pública, conforme estabelecido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Com base na Resolução nº 21/2021 e nos princípios do PNAE, é correto afirmar que a aquisição de alimentos da agricultura familiar é importante porque:

- a)** Garante a exclusividade da merenda escolar para produtores locais, impedindo a participação de empresas de fora do município.
- b)** Contribui para o desenvolvimento sustentável local e promove uma

alimentação mais saudável e adequada aos estudantes.

- c)** É obrigatória apenas em municípios com baixo IDH, como forma de compensação econômica.
- d)** Elimina a necessidade de licitação, dispensando critérios técnicos de qualidade dos alimentos.

49. A equipe de merendeiras de uma Escola Municipal de Niterói relatou à diretora que os alimentos entregues pela empresa fornecedora chegaram em quantidade inferior à contratada e com embalagens danificadas. Sabendo da importância do correto uso dos recursos do PNAE, a diretora tomou providências imediatas para registrar a ocorrência, notificar a Secretaria Municipal de Educação e suspender o uso dos itens.

Diante da situação apresentada, e conforme o papel do gestor escolar nas ações de fiscalização do PNAE, a atitude da diretora foi:

- a)** Incorreta, pois cabe apenas ao Conselho de Alimentação Escolar fiscalizar a qualidade dos alimentos recebidos.
- b)** Correta, pois é responsabilidade do diretor escolar garantir o controle de qualidade, registro das irregularidades e comunicação aos órgãos competentes.
- c)** Incorreta, já que a substituição dos alimentos deveria ser feita diretamente pelas merendeiras, sem envolver a direção.
- d)** Correta apenas se o contrato com a fornecedora estiver vencido, caso contrário, o uso dos alimentos deve ser mantido até nova entrega.

50. Durante o período de fortes chuvas, a escola municipal dirigida pelo professor

Marcos teve seu telhado gravemente danificado, colocando em risco a segurança de alunos e profissionais da educação. Com a urgência da situação e diante da ausência de recursos específicos para manutenção predial imediata, o diretor decide utilizar parte dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para realizar a reforma emergencial do telhado.

Sabendo que o PDDE permite certa flexibilidade de uso, mas impõe exigências legais e participativas específicas para alterações de finalidade dos recursos, o diretor consulta a legislação vigente, especialmente a Resolução CD/FNDE nº 15/2021, para garantir que cumpra todos os procedimentos obrigatórios antes da aplicação.

Um diretor precisa remanejar recursos do PDDE para a reforma emergencial do telhado da escola. Considerando a Resolução CD/FNDE nº 15/2021, qual procedimento é OBRIGATÓRIO antes da aplicação dos recursos?

- a)** Realizar assembleia com a comunidade escolar e registrar em ata.
- b)** Aguardar autorização prévia da Secretaria de Educação.
- c)** Publicar edital de licitação conforme Lei 14.133/2021.
- d)** Solicitar aprovação do Conselho de Alimentação Escolar.